



GT 29. Diálogos nas fronteiras: a Educação e a Escola como objetos de investigação na Antropologia.

Coordenador(es):

Sandra de Fátima Pereira Tosta (UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto)

Gilmar Rocha (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Anderson Tibau (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2

Debatedor/a: Tânia Dauster Magalhães e Silva (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Os debates entre Antropologia e Educação vem sendo realizados desde os anos de 1990 em fóruns científicos no Brasil e no exterior, tendo como referências pesquisas que apresentam as várias possibilidades e desafios da produção científica em perspectiva interdisciplinar e comparada. Uma proposição é clara na delimitação destes debates, qual seja, a de entender o fenômeno da educação não apenas em termos escolares, mas como um processo que remete às aprendizagens nas culturas. Eventos tais como IUAES, RBA, RAM, ALA, têm acolhido estes debates por meio de gts, mesas redondas, simpósios etc. Num rápido balanço das abordagens contempladas nestes eventos e nas publicações que circulam no meio acadêmico, destacam-se: usos da etnografia na pesquisa educacional, o ensino da antropologia para não antropólogos, escola, diferença e diversidade cultural, educação indígena e as pedagogias diferenciadas. Contudo, uma dimensão ainda pouco explorada diz respeito à seguinte problematização: quando antropólogos elegem como tema de investigação questões relacionadas à educação, de que modos isto se configura? Uso de metodologias do tipo estudo de caso, história de vida etc, além da etnografia, e, teoricamente, quais os autores que deram suporte ou dialogaram com o campo? Assim, este GT objetiva reunir antropólogos do Brasil e do exterior que pesquisam fenômenos educacionais a fim de promover uma ampla exposição e debate visando o aprofundamento da compreensão destes diálogos interdisciplinares.

Viver no meios dos brancos: os Awá, encontros imprevisíveis e a escola

Autoria: Josy Marciene Moreira Silva (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Este work tem por objetivo realizar uma reflexão acerca dos argumentos que levam a escola para as aldeias Awá, dos desejos expressos pelos Awá sobre a necessidade da escola e da construção de relações com não índios a partir da vivência escolar. Os Awá são falantes de uma língua da família Tupi-Guarani, habitam a porção oriental da Amazônia, mais precisamente localizados no noroeste do estado do Maranhão, entre as bacias do Rio Pindaré e Gurupi. Até os anos 1970, não possuíam aldeias permanentes e, organizavam-se em pequenos grupos, formados por uma ou duas famílias nucleares, dispersos sobre um território também ocupado pelos povos indígenas Tenetehara e Ka?apor. Antes do contato com a FUNAI e de sua fixação em aldeias não praticavam qualquer tipo de horticultura, possuindo um tipo de economia nômade e coletora que dependia de espécies vegetais oriundas das atividades de grupos horticultores vizinhos. Seu aldeamento foi justificado pelo órgão indigenista, especialmente, pelo fato de terem sido alcançados por projetos de desenvolvimento tais como, o início da exploração de minério no Pará e a construção da Estrada de Ferro Carajás, e pelo crescimento populacional na região, que se iniciou nos anos 1950, resultando na diminuição das áreas de mata e, conseqüentemente, dos seus espaços de caça e coleta. Seus encontros com não índios e o estabelecimento de relações com órgãos governamentais e ONGs fazem parte da nova situação em que



vivem. Assim, busco pensar, inspirada por Ana Tsing (2015), os encontros imprevisíveis que levaram os Awá à situação atual e as transformações mediadas por esses encontros. A experiência escolar entre os Awá teve início nos anos 2000, sendo mediada pelo CIMI, e será aqui pensada como um dos espaços onde a situação de contato e os encontros imprevisíveis emergem. Considerando que somos tocados pelas indeterminações que tornam a vida possível e atingidos por diversos fluxos que nos formam a partir de processos de contaminações (TSING, 2015), quero pensar o caso dos Awá e a sua experiência escolar, considerada como espaço para aprender coisa de branco, como um meio para ?acostumar-se?, sendo esse um processo necessário para viver perto dos brancos, é preciso saber sobre eles e domesticar seus modos para viver perto deles. Desse modo, a escola se assentou entre os Awá e passou a fazer parte de seu cotidiano.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: